

Menelau minhoto: os Clássicos e a individualização política de Portugal no período da Restauração

ANDRÉ SIMÕES*

O recurso à Antiguidade para explicar e nobilitar o nascimento de cidades e nações faz parte da cultura europeia, sobretudo no período Humanístico. Não espanta por isso que durante os anos da Restauração, ou seja, entre o 1 de Dezembro de 1640 e a paz de Fevereiro de 1668, os Clássicos surjam não só em lugares esperados, como a literatura panegírica em que o plácido D. João IV emula e sobrepuja Hércules, Perseu, Alexandre ou César, mas também em tratados jurídicos, aqui já não como meros recursos estilísticos, mas como parte da argumentação política e jurídica, de forma a justificar a ancestral individualidade portuguesa por oposição a Castela e demais reinos ibéricos. Para o exemplificar, referimos aqui duas obras surgidas nos primeiros anos da Restauração: o *Marte Português* de João Salgado de Araújo, publicado em Lisboa em 1642, e a *Lusitania Liberata* de António de Sousa de Macedo, publicada em Londres em 1645.

João Salgado de Araújo nasceu em Monção, em data desconhecida, mas certamente no final dos anos 80 do século XVI, já que o seu nome surge como estando matriculado no 2.º ano da Faculdade de Cânones de Salamanca, em Janeiro de 1607 (Rodrigues 2012: 9). Frequentou igualmente a Universidade de Coimbra, onde se doutorou em Direito Canónico (Torgal

* Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | asimoes@campus.ul.pt

1982: 260). Das funções eclesiásticas que desempenhou, assinalemos as mais relevantes. Foi arcediogo da Sé de Luanda, em 1610, data que coincide aliás com o primeiro registo da sua existência (Rodrigues 2012: 6). Foi abade da igreja de São Lourenço de Souro Pires, freguesia do concelho beirão de Pinhel. É nessa qualidade, aliás, que se identifica na sua mais importante obra, a *Ley Regia de Portugal*, de 1627, que por outro lado assinala já que é “abad electo de San Miguel de Pera”. Em 1642 é já como abade de São Miguel de Pera que se apresenta na capa do seu *Marte Português*, a que regressaremos mais adiante. Por outro lado, frei Francisco Brandão, na quinta parte da *Monarquia Lusitana*, publicada em 1650, identifica-o como abade de Vila Nova de Foz Coa, onde de facto a sua assinatura aparece num assento datado de Julho de 1647. A última referência a Salgado de Araújo vivo é da autoria de D. Teodósio, dirigindo-se numa carta datada de 10 de Março de 1653 à junta das décimas de Lamego (Rodrigues 2012: 9).

Além da já referida *Ley Regia de Portugal* que apresenta uma importante teorização sobre “a lei política e jurídica em que assenta a monarquia portuguesa” (Torgal 1982: 259), deixou obras de carácter mais modesto, no que à extensão diz respeito, como, já após a Restauração, relações de sucessos das armas portuguesas contra os exércitos castelhanos, entre 1643 e 1644. Igualmente enquadrável na literatura política da Restauração é o seu *Marte Português contra emulaciones castellanas; o justificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castilla [...]*, publicado em Lisboa, após Setembro de 1642, data das últimas licenças. A opção pela língua castelhana é justificada na dedicatória ao príncipe D. Teodósio: este Marte português, declara Salgado de Araújo, apresenta-se assim disfarçado para melhor poder defender em Castela a causa portuguesa (Araújo 1642). Justificação poética para razões bem prosaicas: o latim e o castelhano, por razões diferentes línguas das elites seiscentistas, foram meio privilegiado para a difusão das teses portuguesas, mais ainda quando se tratava de rebater a argumentação de Madrid. A dedicatória a D. Teodósio, por outro lado, apresenta uma primeira referência ao mundo clássico, concretamente com a citação dos versos 7-10 da Écloga 4 de Vergílio, que o autor declara poderia ter sido um prognóstico do nascimento do príncipe:

Iam noua progenies caelo demittitur alto.
Tu modo nascenti puero, quo ferrea primum
desinet ac toto surget gens aurea mundo.

Casta faue Lucina, tuus iam regnat Apollo¹.

Não sendo original esta perspectiva messiânica de um menino que consigo traria o estabelecimento de uma nova Idade do Ouro na construção de um panegírico, menos ainda a escolha desta écloga em particular quando se tratava de louvar uma criança então com pouco mais de 8 anos, assinalemos ainda assim a alusão a Apolo que já reina, que nos parece uma claríssima alusão a D. João IV, reconhecido protector das artes, ele próprio um notável compositor de polifonia sacra.

Deixemos por agora a dedicatória, e concentremo-nos na obra, que se apresenta como uma tradução em castelhano de um original português que não identificámos. Esta divide-se em quatro partes, ou certames. No primeiro certame, Salgado de Araújo demonstra que Portugal nasceu miraculosamente e sem vassalagem. Mais, é Castela que deve ser dominada por Portugal, não o inverso. No segundo certame, expõe as leis sucessórias de Portugal e demonstra a legitimidade de D. Catarina em 1580. O terceiro certame defende que, mesmo concedendo que D. Catarina não fosse legítima herdeira, a tirania do governo dos Filipes justifica a devolução do poder real ao povo e a eleição de novo rei. O quarto certame trata de vários assuntos relativos à guerra defensiva contra Castela, no seguimento da Restauração.

Detenhamo-nos um pouco no primeiro certame. Não falaremos aqui do referido estabelecimento miraculoso do reino. Não é novidade para ninguém que Salgado de Araújo centra este argumento na visão de Ourique, quando Cristo confiou a D. Afonso Henriques e à sua descendência o estabelecimento do seu Império na Terra. Trata-se de um lugar comum repetido à exaustão na literatura política da época. Pousemos antes os olhos no capítulo 8 deste primeiro certame, onde se promete esclarecer as origens de Portugueses e Castelhanos, e sobretudo estabelecer as diferenças entre ambos os povos, evidentes desde a mais remota antiguidade. Assim, citando o conhecido passo do livro 3, capítulo 8, da *Naturalis Historia* de Plínio, recorda que a Hispânia foi povoada por Iberos, Persas, Fenícios, Celtas e Púnicos. Araújo clarifica o passo, distribuindo geograficamente estes povos: os Iberos e os Celtas povoaram a Cantábria, enquanto os Gregos e os Persas se quedaram na Galiza. Já Portugal, que se depreende conside-

¹ ... já do alto dos céus desce uma nova geração.
Favorece, ó casta Lucina, o menino nascer; com ele cessará a idade do ferro, e em todo o mundo surgirá desde logo a de ouro. Reina já o teu caro Apolo.
(trad. M.ª H. da Rocha Pereira)

rar nesta época parte da Galiza, foi morada do próprio Dioniso. Quanto a Castela e Andaluzia, prossegue, foram povoadas por Persas, Fenícios e Púnicos. Assim, à Galiza e a Portugal cabe desde logo uma origem ilustre: os Gregos, a mais nobilitante das ascendências, ainda por cima com um deus à cabeça, o próprio Dioniso — a quem, importa esclarecê-lo, no seu catolicismo ortodoxo o abade naturalmente recusa a divindade. Ora Dioniso não trouxe apenas prestígio à matriz da pátria portuguesa. Assentando de novo o seu argumento no mesmo passo de Plínio, Araújo recorda que Lisboa deriva o seu nome de *Lyssa*, e a Lusitânia de *Lusus*, que declara filhos de Dioniso. Já a Hispânia deriva o seu nome de Pan. Portanto, conclui, não só Portugal nasceu como território separado do resto da península, como é desde a origem mais nobre do que o resto da Hispânia, e esta deriva o seu nome, sublinha, de um servo de Dioniso. A interpretação do passo de Plínio é, como sabemos, abusiva. E não nos referimos apenas a *Lusum* e *Lyssam*, nomes comuns tomados como nomes próprios, leitura de resto corrente então, mas à ideia de que Pan teria dado o nome a todo o território hispânico excepto a Lusitânia.

Também a alegada propensão castelhana para a revolta e a traição, que Araújo não deixa de sublinhar, por oposição à mansuetude e fidelidade portuguesa, tem as suas raízes no mais remoto passado bíblico mas também grego: é que se os portugueses são descendentes do fiel Jafet, neto de Noé, lugar-comum na historiografia da época, que já encontramos, por exemplo, na parte primeira da *Monarquia Lusitana*, publicada meio século antes, já os Castelhanos descendem do irmão Cam, cujo filho Canaã foi amaldiçoado por Noé, que o condenou a ele e à sua descendência a serem servos dos descendentes de Jafet². Esta desonrosa ancestralidade castelhana explica que o troiano Antenor tenha procurado refúgio nas suas terras, após a queda de Tróia — já sem falar da mais política consequência, que faz dos Castelhanos, descendentes de Cam, servos naturais dos Portugueses, descendentes de Jafet. Regressemos, no entanto, aos clássicos. De facto, de acordo com uma tradição pós-homérica, Antenor, que apenas merece discretas referências nos cantos 3 e 7 da *Ilíada*, foi um traidor que abriu as portas da cidade aos Aqueus. Araújo aduz como fonte o livro 3 da *Geographia* de Estrabão. Mas porque teria escolhido Antenor Castela como porto de abrigo? Araújo explica, apoiando-se no *De origine actibusque Getarum*, de Jordanes, autor do século VI d. C.: os Troianos são descendentes daquele Cam bíblico, de

² Gen. 9:25-27.

quem Dárdano era quinto neto. Portanto, quando o traidor Antenor se refugiou nas terras de Castela estava na verdade a regressar a casa dos seus pais. Jordanes, no entanto, não refere em parte nenhuma esta ancestralidade bíblica dos Troianos. Castela e Andaluzia são, de resto, porto seguro de traidores e tiranos, já que o próprio Nabucodonosor lá esteve (Araújo 1642: 79). Araújo prossegue a sua diatribe contra Castela e seus domínios, centrando o seu ataque nos judeus, cuja História peninsular traça desde os tempos bíblicos à actualidade. Estando fora do âmbito deste estudo, assinalo apenas que os judeus portugueses são de qualidade diferente: vieram para aqui antes de Cristo, portanto não têm culpa na sua crucifixão, ao contrário dos de Castela, que são samaritanos e descendem dos que crucificaram Cristo; e se os que ficaram em Portugal após as expulsões se converteram sinceramente, já os de Castela, para onde foram os que em Portugal não se converteram sinceramente, são relapsos e contumazes. Há, no entanto, aspectos relativos ao passado judaico que importam ao tema deste volume. Com efeito, declara Araújo que da raça abençoada de Jafet, que como vimos é a matriz dos Portugueses, nasceu a geração que fundou Esparta, na Grécia, “oficina de ciências” (Araújo 1642: 82), e dele descende, portanto, Menelau. Que tem Menelau que ver com Portugal? Araújo esclarece: apoiando-se em passos da *Eneida* e da *Odisseia*, dá como evidente a vinda do rei de Esparta a Portugal, concretamente às terras de Entre Douro e Minho, que povoou com os seus companheiros, antes de regressar a casa.

Su venida se prueba de Virgilio, quando dize que Menelao se desterró hasta las columnas de Protheo, para dezir, que havia llegado hasta el fin del mundo, que por tal fue siempre tenido de los antiguos el Occidente de la Lusitania, y Homero, que dize soplava, donde este Príncipe ha llegado, el viento Zepherino, que es el del Norte, que todos los autores, y Geographos antigos y modernos confiessan ser lo marítimo de Portugal desde el Rio Miño, hasta Tajo, donde dizen Plinio, Silio Italico, y Virgilio concebían las yeguas destes vientos, que los antiguos venían a descubrir (Araújo 1642: 82).

Araújo sustenta, pois, a sua tese em dois pontos: na vinda de Menelau para as Colunas de Proteu, e no facto de que ali corria o Zéfiro. Vejamos os passos em questão, para percebermos o raciocínio do abade de Pera. No canto XI da *Eneida* Vénulo, enviado por Turno ao grego Diomedes, diz,

efectivamente, nos versos 262-263, que *Atrides Protei Menelaus adusque columnas exsulat*³.

A identificação destas “colunas de Proteu” com o fim do mundo e, portanto, com Portugal, de acordo com o raciocínio de Araújo, é no mínimo discutível, no entanto. Com efeito, já desde a Antiguidade que se identifica a ilha de Faros, diante de Alexandria, com estas colunas de Proteu, divindade com quem, como sabemos, Menelau se debateu precisamente nessa ilha⁴. Quanto a Homero, não é fácil identificar o passo em que Araújo se apoia. A mesma nota lateral que identifica, sem indicação de versos, o canto XI da *Eneida* refere como fonte o canto I da *Iliada*. O absurdo é imenso e dispensa que o expliquemos. Muito provavelmente o bom abade estaria a pensar no canto IV da *Odisseia*, quando Menelau narra a Telémaco o seu atribulado encontro com Proteu. De facto, pode ler-se, no verso 402, que é “com o sopro do Zéfiro” que o Velho do Mar se ergue da água salgada:

da água salgada sai para aqui o infalível Velho do Mar,
com o sopro do Zéfiro, coberto de negras algas.
(trad. Frederico Lourenço)

Fácil terá sido às partes de Castela, pois, desmontar tão frágeis razões da ancestralidade bíblica e homérica de Portugal. Se em Vergílio é claro que se trata da ilha de Faros, essa certeza teria sido evidente ao próprio Araújo, se tivesse realmente lido o passo homérico a que provavelmente alude, e que situa sem sombra de dúvidas o episódio nas costas egípcias, bem longe de Portugal. Inútil, portanto, assinalar o erro também ele evidente do nome do vento, e sobretudo da sua posição na rosa-dos-ventos: o Zéfiro, como sabemos, é o vento de oeste, não de norte. Inútil pela mesma razão recordar e questionar as suas alegações quanto à origem espartana de todas as festas de Portugal, incluindo as touradas, que, como afirma, “si por los arrabaldes de Castilla se usa algo desto, es en todo ello con mucha imperfección” (Araújo 1642: 82), e até a arquitectura dos solares minhotos, hábito da nobreza lacedemónica, e o uso de espadas e lanças mesmo em tempo de paz. Para este último aspecto Araújo aduz de novo a *Naturalis Historia*, moldando a sintaxe do seu discurso de forma a parecer que é Plínio quem

³ “Menelau, o Atrida, está exilado nas colunas de Proteu.” (trad. Luís Cerqueira *et al.*)

⁴ *Odisseia* XI, 351 e seguintes.

o afirma, quando na verdade no capítulo 57 do livro VII apenas se diz que *inuenerunt [...] galeam, gladium, hastam Lacedaemonii*⁵.

Deixemos o bem-intencionado abade de Pera, que continua o capítulo alegando autores antigos para justificar, entre outras coisas, que o rio Letes é o Lima e não o espanhol Guadalete, e que, portanto, a entrada para os infernos fica em Portugal e não em Espanha (Araújo 1642: 92) — curioso argumento.

*

António de Sousa de Macedo foi entre 1641-1642 secretário da primeira embaixada de D. João IV a Inglaterra, chefiada por D. Antão de Almada, passando a residente entre 1642-1650. Nasceu no Porto, provavelmente em 1606, e morreu em Lisboa a 1 de Novembro de 1682. Era doutorado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, e deixou várias obras, como as *Flores de España*, *Excelencias de Portugal*, dedicada a Filipe IV e publicada em Lisboa em 1631, o poema épico *Ulyssipo*, publicado em 1640, tendo como tema a fundação de Lisboa por Ulisses, ou os *Mercúrios Portugueses*, periódicos publicados entre 1663-1666 (Torgal 1982: 300-303; Faria 2008: 234-235). Falaremos aqui brevemente de uma outra obra, em língua latina, publicada em Londres em 1645, embora estivesse pronta desde 1643 (Cruz 1967: XLIII). Destinavam-se as mais de 800 páginas deste volume enriquecido com belas estampas a convencer das razões portuguesas o Sumo Pontífice, o Imperador do Sacro Império e todos os reis e príncipes do mundo cristão, como declara na estampa que abre a obra. Apesar da grande dimensão da obra, parece ter sido um êxito de vendas, como declara o autor numa carta datada de 27 de Abril de 1645 (Cruz 1967: XLV).

O tratado é composto por dois proémios, três livros e um apêndice, cujo conteúdo descrevemos resumidamente.

⁵ t“Os Lacedemónios inventaram o capacete, a espada e a lança.”

Proémio I	Origem dos nomes <i>Lusitania</i> , <i>Lysitania</i> e <i>Portugallia</i> . Descrição de Portugal. Possessões portuguesas no mundo. Qualidades do povo português. Antiguidade da monarquia portuguesa.
Proémio II	Origem da Lusitânia. Origem do reino de Portugal. Defesa da coroa de Portugal.
Livro I	A crise dinástica de 1580, com apresentação dos pretendentes e prova da legitimidade de D. Catarina.
Livro II	Mesmo se Filipe II tivesse direito ao trono, os seus descendentes perdê-lo-iam por mau governo e prejuízo da religião católica.
Livro III	Restauração e sua legitimidade.
Apêndice	“Curiosidades”: profecias e explicação do brasão de Portugal.

Embora toda a obra mereça atenção e estudo, percorramos brevemente o primeiro proémio, de forma a vermos como os Clássicos concorrem para justificar a individualização de Portugal face a Castela.

No primeiro parágrafo do Proémio I, Sousa de Macedo recorre, como Salgado de Araújo e tantos outros antes e depois, ao já aludido passo do livro 3, capítulo 8 da *Naturalis Historia* de Plínio em que se refere a vinda de Baco às terras hispânicas, e tal como o abade de Pera aduz Camões, na estância 39 do canto I dos Lusíadas. Sousa de Macedo é, porém, mais prudente e pormenorizado. Depois de estabelecer uma cronologia rigorosa, segundo a qual Luso, filho ou companheiro de Baco, reinou na Lusitânia a partir do ano 1509 a. C., e que o nome da terra deriva do amor que lhe tinha, tendo sido por ele baptizada ou por estrangeiros, refere que, por morte de Sículo, seu descendente, os Lusitanos não admitiam como rei nenhuma outra linhagem. Baco interveio então, declarando que o seu filho Lísia era receptáculo da alma de Luso, de acordo com a teoria da transmigração das almas expressa no livro VI da *Eneida*, apressa-se a clarificar Sousa de Macedo (Macedo 1645: 2-3).

Quanto ao nome de Portugal, de novo se verificam coincidências com Salgado de Araújo. De facto, Menelau, no seu *nostos*, aportou à foz do Douro e aí fundou a cidade de *Calle*, alegadamente com o significado de “Porto seguro” (Macedo 1645: 4). Sousa de Macedo alega o verso 563 do canto IV da *Odisseia*, onde efectivamente se lê que “para os Campos Elísios nos confins da terra os imortais te levarão” (trad. Frederico Lourenço).

Ora, apoiando-se na autoridade de Estrabão (*Geographia*, 1.1.4), que declara que neste passo homérico se tem em mente a Ibéria, Sousa de Macedo lê aqui uma referência inequívoca à vinda de Menelau para o Douro e a fundação de *Calle*, de onde deriva o nome de Portugal, a partir da forma *Portus Calle*.

Também à individualização de Portugal em relação a Espanha dedica o autor um capítulo inteiro do seu proémio. A Lusitânia, sublinha, sempre foi uma entidade separada do resto da Hispânia. Assim, afirma, à Hispânia Ulterior correspondia o actual Portugal, sendo a Citerior os restantes reinos ibéricos (Macedo 1645: 5-6). Não é rigoroso, como sabemos, e nada há no passo da *Naturalis Historia* (4.21) aduzido que o possa sustentar. Recordemos apenas que Plínio começa por dizer que *A Durio Lusitania incipit*. Perdoemos, no entanto, a Sousa de Macedo o abandono do norte de Portugal e a anexação da Extremadura espanhola, já que esta pouco rigorosa identificação de Portugal com a Lusitânia permanece um lugar-comum em pleno século XXI.

*

Apresentámos aqui dois exemplos de literatura política em que se procura demonstrar a individualidade de Portugal em relação a Espanha recorrendo essencialmente a Plínio e a Estrabão, não havendo nisto propriamente originalidade por parte dos dois autores referidos. Menos habitual neste tipo de literatura, não sendo ainda assim original, é a referência que ambos fazem a Menelau enquanto colonizador ou fundador da linhagem e até do nome de Portugal, na esteira da tendência da época em fazer remontar aos tempos homéricos a fundação de cidades, com objectivos nobilitantes. Se em ambos os casos se verificam interpretações forçadas, muitas vezes até abusivas, dos textos antigos, devem elas ser compreendidas numa época em que, após 60 anos de União Ibérica, Portugal recuperava a sua individualidade sob a forma de um rei próprio numa monarquia restaurada. E se era fundamental demonstrar a justiça das razões portuguesas, apoiadas no direito, importante era também sublinhar a individualidade e independência de Portugal desde os tempos bíblicos e homéricos — indissociáveis, como vimos, quando ao próprio Menelau se atribuía ascendência judaica —, que é, como quem diz, desde o começo do mundo.

Bibliografia

Fontes

Araújo, João Salgado de (1642). *Marte portugues contra emulaciones castellanas; o justificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castilla: en quatro certamenes [...]*. Lisboa: Imprensa de Lourenço de Anvers.

Homero (2014). *Odisseia*, trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Livros Cotovia.

Macedo, António de Sousa de (1645). *Lusitania liberata ab injusto Castellanorum dominio: Restituta legitimo Principi, Serenissimo Joanni IV [...]*. Londres: Oficina de Richard Heron.

Pereira, M.^a Helena da Rocha (2010). *Romana*. Lisboa: Guimarães Editores.

Estudos

Cruz, António (1967). *Papéis da Restauração. Volume Primeiro*. Porto: Publicações da Faculdade de Letras do Porto.

Faria, Ana Leal de (2008). *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*. Lisboa: Tribuna da História.

Rodrigues, Miguel Geraldês (2012). *Do reino a Angola — Agentes, arbítrios e negócios na rede familiar de João Salgado de Araújo*. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/9433> (consultado a 31 de Janeiro de 2019).